



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

☎ (11) 95446-2020 | pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Corrente Sindical do Partido
Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da
IV Internacional**

Ano II – Nº 08 – Maio / 2023

AOS DELEGADOS DO XXIV CONFASUBRA

Que o XXIV ConFASUBRA rompa com o governismo e se coloque pela defesa de um programa próprio de reivindicações com os métodos da ação direta coletiva!

O presente Congresso ocorre nas condições de continuidade da crise econômica e política, cujas consequências têm sido descarregadas sobre os trabalhadores na forma de arrocho salarial, retirada de direitos, demissões em massa, destruição dos serviços públicos e aumento do custo de vida. O que coloca a necessidade imediata de defendermos nossas condições de existência, levantando um programa próprio de reivindicações.

Devemos lutar para reverter as violentas medidas impostas pela burguesia e seus governantes; defender nossos direitos históricos, que estão sendo retirados; e avançar para novas conquistas. É nessa direção que este Congresso tem a responsabilidade de definir os rumos da FASUBRA nos próximos anos.

A Corrente Proletária na Educação registra sua contribuição ao XXIV ConFASUBRA através deste manifesto distribuído aos delegados. Convidamos os presentes a somar na construção coletiva de um polo classista, democrático e de luta. Entre em contato para discutir conosco.

A crise mundial marca a conjuntura internacional

A crise no Brasil é parte da crise mundial do capitalismo. A guerra na Ucrânia, a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China e a escalada militar refletem a decomposição mundial do capitalismo. Os trabalhadores do mundo inteiro estão pagando com os retrocessos econômicos, a inflação generalizada, as perdas salariais, o desemprego e as contrarreformas ditadas pelos governos.

O sistema capitalista está esgotado. Não é mais capaz de desenvolver as forças produtivas. As respostas da classe dominante à profunda crise estrutural se dão no marco das tendências reacionárias, destrutivas e autoritárias, inerentes ao capitalismo em desintegração. Para se contrapor à tendência de queda na taxa de lucro, o capital monopolista ataca antigas conquistas dos trabalhadores e aumenta a voracidade sobre fontes de matérias-primas, intensificando a opressão sobre as nações semicoloniais. Para salvar a burguesia e evitar uma quebra generalizada dos bancos, os Estados Nacionais compram suas dívidas e se endividam. Para pagar as dívidas, promovem políticas de austeridade fiscal, atacando na carne as massas oprimidas.

A classe dominante e seus governantes promovem esses ataques, mas começam a enfrentar a resistência das massas às brutais consequências da decomposição do capitalismo, como acabamos de ver na França com as manifestações massivas contra a reforma da previdência de Macron. Ocorre que as lutas dos explorados têm sido contidas, bloqueadas, isoladas e/ou desviadas à institucionalidade burguesa (Constituinte, impeachment, eleições, CPI etc.), impedindo que os explorados unifiquem suas lutas e as generalizem em um forte movimento contra a burguesia e seu Estado. É exemplar o caso do Chile onde o levante de 2019-2020 foi desviado à Constituinte.

A Guerra na Ucrânia é um marco na situação internacional. Em seu germe está a tendência de uma conflagração bélica maior. Embora tenham ocorrido diversas guerras regionais após a Segunda Guerra Mundial, a importância histórica da Guerra na Ucrânia está na particularidade de ocorrer como parte do avanço da OTAN, braço armado dos Estados Unidos, e do cerco militar à Rússia, uma potência regional que perde terreno sobre as ex-repúblicas soviéticas, em um contexto de esgotamento da partilha do mundo, do aprofundamento da guerra comercial e crise da hegemonia estadunidense. Sua gravidade está nas condições das avançadas tecnologias militares, inclusive nucleares, com

potencial de destruição da humanidade e, ao mesmo tempo, de profunda desorganização política dos explorados.

A Conjuntura Nacional está marcada pela retomada da política de conciliação de classes e continuidade do ataque às condições de vida das massas

No Brasil, a crise de direção revolucionária tem se mostrado contundente diante da crise econômica. A paralisia das direções políticas se mostrou principalmente no período da pandemia, quando se perfilaram por detrás da condução de uma das frações burguesas, assimilando a política burguesa de isolamento social e a virtualidade, fechando as portas das organizações sindicais e cancelando o Dia Nacional de Lutas, protestos e paralisações de 18 de março de 2020. Essa conduta favoreceu o avanço na aprovação e aplicação das contrarreformas pelo governo Bolsonaro junto ao Congresso Nacional. O caminho esteve livre à burguesia, que não precisou enfrentar a resistência dos trabalhadores, nem recorrer às medidas fascizantes para aplicar as medidas. Chegou-se ao ponto de aprovarem a MP 936 com acordo das direções sindicais traídas das centrais sindicais.

Apesar da crise política, troca de ministros, fracasso em constituir um partido próprio e sucessivos escândalos, Bolsonaro terminou o seu mandato. O movimento “Fora Bolsonaro”, por meio de manifestações esporádicas, propondo saídas burguesas à crise (impeachment e eleições) para substituir um governo burguês por outro, concluiu com a constituição da frente ampla e a eleição do governo Lula.

As eleições ocorrem em um quadro de divisão interburguesa, que se refletiu na extrema polarização da classe operária e da classe média. Lula e o PT serviram de instrumento da burguesia para resolver a crise de governabilidade, retornaram ao comando do Estado em uma nova configuração política, marcada pela frente ampla burguesa. Este processo abriu uma nova etapa da crise política na qual o movimento golpista de 08 de janeiro de 2023 foi uma expressão.

Com a volta de Lula ao poder do Estado, retomou-se a política de conciliação de classes e de estatização dos sindicatos, por meio da reincorporação da burocracia sindical ao governo. Politicamente, se por um lado houve mudanças, sobretudo em comparação com o militarismo e o obscurantismo religioso de Bolsonaro, que assumia posicionamentos homofóbicos, racistas, anti-vacina, anti-funcionalismo etc., por outro, do ponto de vista econômico não houve mudanças estruturais, nem interrupção dos ataques aos direitos e condições de vida das massas, como os governistas querem fazer crer. A despeito do assistencialismo, há continuidade da exploração capitalista e dos ataques às massas. Mantém-se a submissão ao capital financeiro, a precarização do trabalho, a fome e a miséria. O governo de frente ampla burguesa se comprometeu em manter as contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro, a exemplo da emenda do teto de gastos e das reformas trabalhista e previdenciárias, e já está promovendo um novo ataque: o arcabouço fiscal. Sequer o Novo Ensino Médio, o EaD e as medidas anti-sindicais foram revogadas.

Ainda assim, os partidos e movimentos populares estatizados têm alimentado ilusões, afirmando que se trata de um “governo de disputa”. Essa política de conciliação de classe só serve para bloquear a revolta dos explorados. Vejamos o exemplo do Novo Ensino Médio (NEM). O governo afirmou que não o revogará. As organizações estudantis e sindicais da educação, como UBES e CNTE, realizaram

manifestações esparsas e divididas e, depois se calam diante da Portaria que suspendeu temporariamente o cronograma de implementação e criou uma consulta pública. Ou seja, o governo não cessou o ataque, apenas desacelerou sua implementação devido ao grande descontentamento da juventude e do professorado. Em outras palavras, levantou uma impostura para desmobilizar as massas, que foi prontamente acatada pelas direções.

Outro exemplo: a disposição de Lula em desacelerar o plano de privatizações não considerou a necessidade de reverter a ampla privatização já feita, principalmente no período dos governos golpista e ultradireitista. Ou mesmo a inflexibilidade em torno à proposta de reajuste de 9% para o funcionalismo federal civil a partir de maio deste ano. O governo não negociou sua proposta inicial, e as direções, sem organizar uma luta real de campanha salarial e diante da ânsia das categorias pelo reajuste, limitou-se a comemorar a retomada da “Mesa Nacional Permanente de Negociação” e o reajuste insuficiente. Como se vê, embora se coloque mecanismos de negociação, o governo continua impondo seus interesses de maneira intransigente.

A decomposição da democracia burguesa, o apodrecimento dos partidos burgueses, e a crise de direção revolucionária é um fenômeno mundial. No Brasil, o espantallo do neofascismo tem servido de subterfúgio à direitização das esquerdas, que se submetem e reproduzem a política de frente ampla burguesa nos sindicatos, e tentam igualar a oposição revolucionária aos bolsonaristas. Ignoram que, historicamente, a ascensão da ultradireita está intimamente relacionada ao fracasso dos democratas em pretender melhorar as condições de vida das massas, por meio do gerenciamento da barbárie capitalista. A alternância entre governos burgueses de direita ou de esquerda está posta. Cabe a nós lutar pela constituição de um governo operário e camponês, fruto da revolução e ditadura proletárias.

A crise econômica e política, nacional e internacional, evidencia que somente por meio da luta direta é possível conquistar vitórias. Os exemplos das lutas em outros países devem servir para organizar um movimento no Brasil. **A Corrente Proletária na Educação se coloca na perspectiva de erguer um movimento unitário e independente dos explorados em torno de um programa próprio de reivindicações. Que a FASUBRA rompa com o governo!**

É preciso combater os ataques à categoria e fazer a defesa dos salários

O XXIV ConFASUBRA ocorre no contexto de desmonte e precarização dos serviços públicos, em especial da Educação, que tem passado pela privatização por meio das terceirizações e do avanço da virtualidade, com a eliminação do ambiente social de aprendizagem e de trabalho; e de lutas isoladas e corporativistas.

No último período, ampliou-se enormemente a terceirização. Antes limitada a cargos que exigiam formação básica, com a reforma trabalhista e a lei da terceirização, passou-se a abranger cargos especializados como Secretário e Jornalista. Até mesmo o cargo de Tradutor-Intérprete de LIBRAS foi extinto, deixando os surdos desempregados.

É preciso afirmar que a terceirização iniciada no governo FHC foi mantida e ampliada em todos os governos sucessores. Os governantes avançaram com a privatização por meio de diversas frentes, seja pela terceirização de serviços continuados, como controladores de acesso, vigilantes e recepcionistas; pela cessão de espaços para exploração de empresas que administram copiadoras, restaurantes e lanchonetes; por via das fundações de apoio, que abocanharam recursos em troca de serviços ineficientes e servem como instrumento de enriquecimento e corrupção de burocratas; dentre outras.

A carreira federal dos técnico-administrativos em educação está praticamente destruída. Ano após ano, os sucessivos governos foram extinguindo a maioria dos cargos extintos, arrojando os salários, e dividindo a carreira, em função do teletrabalho e da terceirização, que privatiza as instituições públicas e criam condições de trabalho super precárias (com baixos salários, atraso no pagamento, assédios, demissões arbitrárias etc.). Nas IFEs, há diversas atividades paralisadas devido à ausência de profissionais, seja pela impossibilidade de admitir servidores por não haver vagas disponíveis ou pelo cargo ter sido extinto; por não haver orçamento institucional à contratação; ou pela baixa atratividade da carreira, que atualmente possui a menor remuneração de todo o funcionalismo federal. Também avançou a implementação do controle eletrônico de frequência e do Programa de Gestão de Desempenho (PGD). Enquanto o primeiro estabelece um rígido controle do horário de trabalho para quem cumpre jornada de trabalho, o segundo institui a flexibilização capitalista do trabalho para os servidores aderentes, dividindo a categoria e empurrando à adesão ao PGD.

Diante de um quadro de arrocho salarial, alto custo de vida e jornada de trabalho exaustiva, muitos trabalhadores viram no PGD uma saída individual para economizar tempo e recursos financeiros com locomoção; de ter mais flexibilidade na organização do seu tempo e para poder fazer outras atividades como cumprir compromissos pessoais e familiares, estudar, viajar, residir longe do órgão no qual está lotado (às vezes pelo custo de vida mais barato), dentre outras razões.

Ocorre que ao substituir o controle da jornada pelo controle de atividade (produtividade), na esteira da contrarreforma administrativa, o PGD comparece como um ataque à jornada de trabalho, uma conquista histórica da classe operária e dos demais explorados. Trata-se de uma medida extremamente prejudicial ao funcionalismo. Em longo prazo, está colocado o perigo de remuneração por atividade, como já ocorre com professores eventuais na rede estadual de São Paulo, os quais não possuem vínculo e direitos como férias e décimo terceiro; ou a lógica das metas, que sempre que atingidas passam a aumentar, como ocorre no setor privado. A proposição do Sistema de Planejamento e Gestão de Desempenho (SPGD), por meio de uma Minuta de Decreto, demonstra a aceitação e adequação da atual direção da FASUBRA à medida reacionária da burguesia e seus governantes.

Com o teletrabalho, são inúmeros os retrocessos: 1) prejudica o funcionamento da universidade e seu caráter de serviço público; 2) acaba com a separação da vida pessoal e da profissional; 3) elimina o horário de trabalho e os limites da jornada; 4) cria uma divisão entre os que estão no trabalho remoto e os que não estão; 5) estimula a competitividade entre os trabalhadores; 6) atomiza e enfraquece a categoria, quebrando sua força coletiva no local de trabalho; 7) dificulta a pronta comunicação com o servidor; 8) coloca em questão a produtividade de quem está em teletrabalho, o que pode fazer com que as chefias forcem os trabalhadores a alongar a produtividade, submetendo-os a ritmo de trabalho extenuante; 9) facilita a perseguição e agrava os casos de assédio; 10) sobrecarrega determinadas atividades sobre quem trabalha presencialmente, que passa a concentrar a recepção de demandas pelas vias presencial e telefônica; 11) dificulta a suspensão do trabalho em função de falta médica, ações sindicais e políticas (como as greves), ou ausência de infraestrutura como energia elétrica; 12) pode ampliar os problemas relativos à saúde mental do trabalhador, inclusive os custos com tratamento; 13) descaracteriza o surgimento de problemas de saúde em virtude da prática profissional; 14) precariza as condições de trabalho, que é ainda maior para a mulher trabalhadora, que arca com o peso das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças, idosos, doentes etc.; 15) os servidores aderentes terão de arcar com os custos da compra e manutenção de equipamentos necessários ao trabalho e à ergonomia; 16) retira a responsabilidade do Estado e das IFEs em fornecer todos os meios necessários à realização do trabalho, permitindo que se desresponsabilize cada vez mais com a compra de novos equipamentos e manutenção dos locais de trabalho, aprofundando o sucateamento das IFEs; 17) facilita o acúmulo de relações profissionais (empregos), independente das jornadas para a qual o servidor foi admitido; 18) facilita a terceirização do trabalho, seja de forma imediata pelo próprio servidor, seja a longo prazo pelo Estado; 19) facilitará o fechamento de salas e a centralização da estrutura administrativa das IFEs (a exemplo da unificação das secretarias de um mesmo Centro), concentrando muitas tarefas em um número cada vez menor de servidores; 20) facilitará a remoção, redistribuição arbitrária de servidores entre setores e órgãos, e ampla extinção de cargos.

Como não poderia deixar de ser, o principal tema que vem sendo discutido pela categoria é a remuneração. Uma parte dos servidores defende a criação de retribuições e gratificações, a exemplo da Gratificação por Atividade Educacional (GAE), de abrangência universal a todos servidores TAEs. Tal defesa considera principalmente as dificuldades em conquistar o aumento dos salários, visto que os adicionais acessórios, permitem aumentar a remuneração sem gerar impacto previdenciário, distintamente do vencimento básico (salário). Ou seja, acaba por tentar responder ao problema dos baixos salários sob a perspectiva do governo burguês de redução de custos e não da real necessidade dos trabalhadores. A gratificação como o abono, dificilmente são incorporados aos salários, o que resultam em queda salarial no momento das aposentadorias.

Quanto à Tabela de Percentuais de Incentivo à Qualificação (IQ), a qual considera os títulos em nível de formação acadêmica superior ao exigido pelo cargo, há duas principais propostas. Uma delas é a criação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), uma retribuição equivalente à retribuição por titulação, mas sem a exigência do referido título (notório saber); e a outra diz respeito a alteração dos percentuais do IQ. Por exemplo, no caso dos cargos de nível de classificação D (Ensino Médio), propõe-se ampliar o percentual por

titulação em nível de graduação ou pós-graduação lato sensu, desprivilegiando a formação stricto sensu, como ocorre hoje.

Outro ponto diz respeito à Progressão Funcional (step). As principais propostas de mudança em relação à Progressão por Capacitação Profissional (participação em cursos de capacitação) ou Progressão por Mérito Profissional (baseado no resultado da avaliação de desempenho) são a redução do interstício mínimo de 18 para 12 meses; o aumento do percentual/índice de reajuste salarial a cada step; e a ampliação dos níveis de capacitação, tendo em vista o tempo de contribuição necessário para dar entrada no pedido de aposentadoria imposto pela contrarreforma previdenciária. A evolução sobre a base da meritocracia fragmenta os trabalhadores e favorece o governo na medida em que concede alguma vantagem salarial para uma pequena parcela da categoria. A única evolução democrática é a que se realiza por tempo de serviço.

Nota-se que a reivindicação de aumento salarial está secundarizada. Fala-se, arbitrariamente, em no máximo conquistar um piso salarial equivalente a três salários-mínimos nacionais, desconsiderando as necessidades de sustento da família trabalhadora. Afinal, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do DIEESE, o salário mínimo nacional necessário no mês de abril de 2023 é de R\$ 6.676,11.

Tragicamente, as direções, tanto locais quanto nacional, têm se apoiado em propostas retrógradas ou individualizantes, como o reacionário PGD, para amenizar a gravidade da situação de ataque, precarização e desmonte da carreira. Às vezes se apoiam em interesses que emergem de setores de base diante da paralisia das direções para abandonar a luta coletiva pelas reivindicações históricas, como o fim do controle eletrônico de frequência, a redução da jornada de trabalho sem a redução dos salários, a revogação das medidas de retirada de direitos, como as contrarreformas previdenciárias, etc.

Do ponto de vista da luta por melhores condições de trabalho, política de valorização salarial, de desenvolvimento da carreira e demais questões funcionais, o fundamental está em combater as propostas de divisão da categoria por parte da burguesia, de suas instituições e de frações dos movimentos sindical e popular, defendendo uma carreira única de funcionários, técnico-administrativos em educação, nas IFEs. Urge a necessidade de defesa de um salário mínimo vital, aquele realmente necessário para cobrir todas as necessidades básicas da família trabalhadora.

Não às alterações estatutárias que implementam instâncias virtuais!

Uma das alterações estatutárias colocadas na FASUBRA é a institucionalização de instâncias remotas. A transformação de atividades presenciais em virtuais não é uma política nova no movimento dos trabalhadores, mas, recentemente, principalmente diante da pandemia, se alastrou.

O teletrabalho, regime de trabalho em implantação, não pode ser justificativa para institucionalizar a virtualidade na FASUBRA. Todas as medidas necessárias para que os trabalhadores que estão sob esse regime participem das instâncias presenciais do sindicato devem ser garantidas pela direção, a exemplo da convocação com antecedência das atividades, entre outras.

É preciso ter claro que a virtualidade nunca serviu para fortalecer os sindicatos e ampliar a participação real dos trabalhadores. Ao atomizar os trabalhadores, a virtualidade descaracteriza a natureza da atividade sindical, que consiste em discutir, decidir e executar coletivamente. No modo remoto há uma cisão nesse processo. Aqueles que estão no remoto aparentemente decidem, na realidade, não se colocam pela organização e ação para conquistar as reivindicações. Isso quando podem realmente decidir e intervir, pois a própria democracia fica em xeque. No ambiente remoto, a direção tem a seu favor todos os recursos para coibir a participação e intervenção de pessoas ou posições divergentes. A democracia operária fica comprometida. E não nos enganemos: esse tipo de veto político já vem sendo praticado em outros sindicatos!

Outro problema é que nas atividades virtuais, e mesmo nas híbridas, a segurança de quem participa fica comprometida, pois essas formas facilitam aos organismos de repressão o acesso e o registro das informações, discussões e decisões dos organismos dos trabalhadores, colocando em risco os lutadores, que se destacam na defesa da luta independente.

Trabalhadores, esses são apenas alguns dos pontos que demonstram como a virtualidade é contrária à nossa organização. Temos de defender as instâncias presenciais! Implantar a virtualidade significa

abrir mão de um sindicato classista, que tem como função organizar a luta coletiva para enfrentar os patrões e os governos, que atacam a educação pública e o funcionalismo diuturnamente.

É preciso varrer as direções governistas da Direção Nacional

No último período, os governos burgueses avançaram livremente com a política de destruição da carreira. Infelizmente, a atual Direção Nacional (DN) da FASUBRA não impulsionou a luta coletiva, chegando a boicotar a organização do Comando Nacional de Mobilização aprovado em Plenária Nacional. A burocratização é tamanha que sequer houve discussão de mérito sobre o PGD e a utilização das urnas do TSE à eleição da próxima DN da FASUBRA, o que, dentre outras questões, implica o envio de dados dos ativistas às instituições burguesas.

Para mudar esse quadro é fundamental que o XXIV ConFASUBRA eleja uma Direção Nacional comprometida politicamente em batalhar por um programa próprio de reivindicações. Está na ordem do dia a necessidade de erguer uma oposição revolucionária à direção imobilista e governista. Do ponto de vista político, a FASUBRA está diante de uma disjuntiva histórica: restringir a luta objetivando sustentar o governo burguês de frente ampla, ou promover uma luta consequente em torno às reivindicações próprias dos trabalhadores.

Estamos diante de um cenário trágico considerando que, apesar de algumas mobilizações pontuais, a atual DN foi uma das que menos impulsionaram as lutas em toda a história da federação, mesmo sendo a única que passou por dois governos e mesmo o campo majoritário estando formalmente em oposição ao governo na maior parte do mandato. Acontece que sua relação com o capitalismo e com a “defesa da democracia [burguesa]” não permite uma oposição real. Logo, na nova conjuntura, espera-se que este campo também não impulse a luta por um programa próprio de reivindicações que exige enfrentamento ao governo do qual faz parte.

Nessa direção, a Corrente Proletária na Educação defende a constituição de uma frente única da oposição classista, baseada nos princípios da democracia operária e da independência de classe, objetivando defender um programa próprio de reivindicações. É fundamental uma intervenção frentista para varrer com as burocracias aparelhistas, pró-governistas e pró-capitalistas e erguer uma direção classista, democrática e revolucionária que batalhe pela unificação das lutas local, regional, nacional e internacionalmente.

Plano de Lutas

Está colocada a necessidade de a FASUBRA impulsionar um movimento em torno de um programa próprio de reivindicações, a ser defendido com os métodos próprios das massas, como as manifestações de rua, bloqueios, paralisações, piquetes, greves, ocupações e variadas formas de autodefesa, ao contrário do que ocorre hoje por meio da atuação institucional junto ao parlamento, twitaço, etc.

Há quem afirme que esta forma de luta está ultrapassada. Questionamos a estes companheiros: quais foram às conquistas dos “movimentos” virtuais? A pandemia evidenciou que esses movimentos fracassaram, pois a virtualidade atomiza, individualiza e dissipa a força coletiva dos trabalhadores unidos, sendo incapaz de erguer um movimento real para conquistar as reivindicações por meio da ação direta.

É preciso organizar a campanha salarial de 2024 a partir da construção de um calendário de mobilização articulado com as demais categorias, a começar pela convocação de um Dia Nacional de Lutas dos Técnico-administrativos, e pela construção, junto às entidades dos servidores, CNTE e Centrais Sindicais, de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, dos Setores da Educação, do Funcionalismo e de todas as categorias.

Nesta direção, batalhamos para que o XXIV Congresso da FASUBRA (ConFASUBRA) incorpore os seguintes pontos em seu Programa e Plano de Lutas:

a) Independência das organizações operárias e direitos democráticos:

1. Defender a independência diante dos governos e de toda a política burguesa;
2. Lutar pelo retorno à democracia operária/sindical (assembleias democráticas e soberanas, eleições sindicais livres e transparentes sob o controle das assembleias);
3. Lutar pela unidade sindical classista, independente e democrática, baseada no programa próprio e no método da ação direta;
4. Combater o divisionismo imposto pelas burocracias. Defender um Congresso de Unificação das Centrais Sindicais;

5. Lutar pela revogação das medidas anti-sindicais e da lei antigreve (direito irrestrito de greve, organização e manifestação, fim das multas aos sindicatos e das punições aos grevistas);
6. Defender o direito de livre manifestação coletiva, de greve, de ocupações, de bloqueios e de piquetes;
7. Defender o direito de livre manifestação de todas as correntes e oposições sindicais legitimamente construídas no movimento operário e popular;
8. Lutar contra a perseguição, criminalização, e repressão às(aos) ativistas;
9. Lutar pelo fim de toda legislação repressiva às massas;
10. Defender a unidade e a solidariedade entre os trabalhadores (apoio aos movimentos da cidade, do campo e da floresta);
11. Por uma campanha nacional contra a CPI do MST;
12. Lutar pela constituição de comitês operários, camponeses e populares.
13. Combater a burguesia e suas ideologias obscurantistas, reacionárias e autoritárias!
14. Combater a militarização das relações políticas!
15. Lutar pela Constituição de um Tribunal Popular visando a punição de todos os crimes da burguesia contra a economia e contra a vida dos explorados.

b) Internacional:

16. Defender a autodeterminação dos povos;
17. Lutar pelo fim das sanções do imperialismo contra a Rússia e à economia mundial;
18. Lutar pelo desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo.
19. Defender a retirada das tropas russas e integralidade territorial da Ucrânia;
20. Lutar pelo fim da Guerra na Ucrânia. Por uma paz sem anexações!
21. Lutar pelo fim da escalada armamentista;
22. Lutar contra a destinação de recursos à indústria bélica.

c) Nacional:

23. Lutar contra o pagamento da dívida pública, inclusive dos juros e amortizações;
24. Lutar pelo fim das desonerações fiscais aos capitalistas;
25. Lutar para pôr abaixo o arcabouço/marco fiscal (PLP 93/2023)!
26. Lutar para pôr abaixo a contrarreforma administrativa (PEC 32/2020)!
27. Exigir a publicação imediata de Decreto Presidencial estabelecendo jornada de 30h para assistentes sociais, também no âmbito do funcionalismo;
28. Lutar pela garantia do pagamento do Piso Salarial da Enfermagem;
29. Combater as medidas de ajuste fiscal (corte nos gastos sociais) contra a maioria oprimida;
30. Lutar pela revogação do Teto de Gastos Públicos/Sociais (EC 95)!
31. Lutar pela revogação das contrarreformas trabalhistas e previdenciárias!
32. Lutar pela revogação de toda legislação permissiva à terceirização!
33. Lutar pela revogação da Lei 13.260/2016, chamada de antiterrorismo;
34. Lutar pela reestatização da Eletrobrás, da BR-Distribuidora, e demais setores estratégicos da economia nacional;
35. Contra a privatização do Metrô de Belo Horizonte!

d) Educação e democracia nas instituições:

36. Lutar contra os cortes orçamentários à educação pública;
37. Lutar pela recomposição orçamentária integral da educação, ciência e tecnologia;
38. Lutar pela revogação do Novo Ensino Médio!
39. Lutar pela revogação da legislação que discrimina os técnico-administrativos em educação em relação aos docentes (composição dos órgãos colegiados; orientação ou supervisão de bolsistas; assumir cargo/função de Reitor ou direção de departamentos e Centros, etc.);
40. Lutar pela ampliação do direito de meia-entrada em eventos para todos os trabalhadores da educação;
41. Lutar por uma política de reorganização da Estrutura Organizacional das IPES com participação direta da comunidade escolar/universitária;

42. Lutar pela transparência no processo de organização dos concursos públicos;
43. Lutar pela publicação de Edital de Movimentação Interna, antes da publicação dos concursos públicos, no âmbito das IPES;
44. Exigir a revogação da legislação contrária à criação de creches universitárias;
45. Lutar por restaurantes a preços populares para todos os membros da instituição educacional;
46. Lutar pelo fim do vestibular e pelo livre acesso às instituições educacionais;
47. Defender a autonomia universitária;
48. Lutar pela imediata destituição dos Reitores interventores nomeados pelo Governo Bolsonaro;
49. Lutar pelo fim imediato da lista tríplice;
50. Lutar pelo fim do Reitorado e pela constituição de um governo tripartite (estudantes, professores e funcionários), baseado na soberania das assembleias gerais universitárias com voto universal e revogabilidade dos mandatos;
51. Lutar pela constituição do sistema único de educação, público, gratuito, laico, científico, voltado à produção social, financiado integralmente pelo Estado, e sob controle coletivo dos que estudam e trabalham;

e) Condições de trabalho e reivindicações funcionais:

52. Defender a reposição integral das perdas salariais acumuladas;
53. Defender o reajuste/aumento real na remuneração;
54. Defender a isonomia salarial e nos benefícios com o Judiciário e o Legislativo;
55. Exigir que o Governo Federal cumpra o Art. 37, inciso X da Constituição Federal, sobre a data base anual do funcionalismo;
56. Defender um salário mínimo vital que garanta o sustento da família trabalhadora;
57. Defender o reajuste automático dos salários de acordo com a alta do custo de vida;
58. Avançar nas 30 horas para todas(os) servidores TAs. Pela redução da jornada de trabalho: 6 horas diárias e 30 horas semanais, sem condicionantes e sem redução da remuneração!
59. Exigir a revogação do PGD, Decreto N.º 11.072/2022;
60. Exigir a revogação das Portarias SGP/SEDGG N.º 10.723/2022 e N.º 619/2023 que impõem restrições às redistribuições!
61. Exigir a revogação da Instrução Normativa do MPOG N.º 2/2018 sobre o controle eletrônico de frequência e atividades sindicais!
62. Exigir a revogação da Instrução Normativa do ME N.º 54/2021 sobre paralisação decorrente do exercício do direito de greve!
63. Exigir ampla abertura das vagas do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) nas IFES;
64. Lutar pelo aprimoramento do PCCTAE, Lei N.º 11.091/2005;
65. Exigir o reconhecimento da retroatividade na progressão funcional, uma vez cumprido o interstício;
66. Defender a racionalização dos cargos, o mapeamento e publicização das vagas existentes em cada unidade administrativa e a elaboração de uma política de remoção interna (Dimensionamento);
67. Defender o mapeamento de processos e competências no âmbito das IPES;
68. Lutar pela criação de uma Política Institucional de Fomento à Qualificação para TAs;
69. Defender a estabilidade no emprego para todos os trabalhadores;
70. Realizar uma campanha pelo fim da terceirização;
 - a. Incorporação imediata de todos os terceirizados no quadro de servidores sem a necessidade de concurso público.
 - b. Que toda pessoa trabalhadora das IFES seja estatutária.
 - c. Pela revogação da Lei N.º 9.632/1998, do Decreto N.º 9.262/2018, do Decreto N.º 10.185/2019 e demais legislações que extinguem cargos públicos objetivando a terceirização.
 - d. Fim da gestão privada dos Restaurantes Universitários!
 - e. Recriação dos cargos de vigilante, porteiro, segurança, recepcionista, zelador, cozinheiro, salva-vidas, secretário, tradutor intérprete de LIBRAS, atendente de creche, dentre outros.
71. Combater as medidas de divisão da categoria. Por uma carreira única de técnico-administrativos em educação nas IFES;
72. Lutar pelo fim das discriminações raciais, sexuais, etárias, e regionais (trabalho igual, salário igual).